

CTC - Centro de  
Tecnologia  
Canavieira S.A.

**Informações contábeis  
intermediárias em  
30 de setembro de 2016**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as informações contábeis intermediárias</b>	<b>3</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>5</b>
<b>Demonstrações dos resultados</b>	<b>6</b>
<b>Demonstrações dos resultados abrangentes</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações do valor adicionado</b>	<b>10</b>
<b>Notas explicativas da Administração sobre as informações contábeis intermediárias</b>	<b>11</b>



KPMG Auditores Independentes  
Avenida Presidente Vargas, 2.121  
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América  
Edifício Times Square Business  
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil  
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil  
Telefone +55 (16) 3323-6650, Fax +55 (16) 3323-6651  
www.kpmg.com.br

## Relatório dos auditores independentes sobre as informações contábeis intermediárias

Ao Conselho de Administração e Diretoria Executiva do  
CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.  
Fazenda Santo Antonio, s/nº - Bloco 01 - Bairro Santo Antonio  
Piracicaba - SP

### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias do CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2016, que compreende o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e *ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



### **Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias**

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

### **Outros assuntos**

#### **Demonstrações do valor adicionado**

Revisamos, também, as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referentes ao período de seis meses findo em 30 de setembro de 2016, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis a elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Ribeirão Preto, 11 de novembro de 2016

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6

Rafael Henrique Klug  
Contador CRC 1SP246035/O-7

## CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.

### Balancos patrimoniais em 30 de setembro e 31 de março de 2016

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	30/09/2016	31/03/2016	Passivo	Nota	30/09/2016	31/03/2016
Caixa equivalentes de caixa	8	176.622	116.628	Fornecedores	16	7.205	9.855
Instrumentos financeiros	9	-	118.255	Empréstimos e financiamentos	19	46.475	33.391
Contas a receber	10	41.227	23.198	Impostos e contribuições a recolher		2.729	1.226
Estoques		172	187	Passivo fiscal corrente		55	-
Impostos a recuperar	11	50	306	Salários, férias e encargos a pagar	17	15.649	16.568
Ativo biológico		663	-	Receitas a auferir e diferidas	18	2.930	2.930
Ativo fiscal corrente		1.807	3.461	Outras contas a pagar		1.560	2.039
Outras contas a receber	12	2.177	77.801				
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>222.718</b>	<b>339.836</b>	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>76.603</b>	<b>66.009</b>
Instrumentos financeiros	9	91.000	-	Provisão para contingências	20	500	-
Contas a receber	10	17.086	10.538	Empréstimos e financiamentos	19	170.256	196.113
Outras contas a receber	12	7.086	5.423				
Impostos a recuperar	11	9.687	7.945	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>170.756</b>	<b>196.113</b>
Ativo fiscal diferido	13	19.939	21.610				
Imobilizado	14	130.590	138.826	<b>Patrimônio líquido</b>	21		
Intangível	15	189.195	167.270	Capital social		456.897	456.897
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>464.583</b>	<b>351.612</b>	Prejuízos acumulados		(16.955)	(27.571)
				<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>439.942</b>	<b>429.326</b>
				<b>Total do passivo</b>		<b>247.359</b>	<b>262.122</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>687.301</b>	<b>691.448</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>687.301</b>	<b>691.448</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

## CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.

### Demonstrações dos resultados

Períodos de três e seis meses findos em 30 de setembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto o lucro (prejuízo por ação))

		01/04/2016 a 30/09/2016 (6 meses)	01/07/2016 a 30/09/2016 (3 meses)	01/04/2015 a 30/09/2015 (6 meses)	01/07/2015 a 30/09/2015 (3 meses)
	Nota				
Receita operacional	24	65.697	40.388	39.951	21.652
Custo de pesquisa & desenvolvimento, produtos vendidos e serviços prestados	25	(34.419)	(22.005)	(34.531)	(14.803)
<b>Lucro bruto</b>		<b>31.278</b>	<b>18.383</b>	<b>5.420</b>	<b>6.849</b>
Despesas administrativas e com vendas	25	(22.527)	(11.385)	(15.054)	(7.227)
Outras receitas (despesas) operacionais		(2.187)	(2.258)	(535)	(998)
<b>Prejuízo antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos</b>		<b>6.564</b>	<b>4.740</b>	<b>(10.169)</b>	<b>(1.376)</b>
Receitas financeiras	26	17.370	7.975	10.023	4.161
Despesas financeiras	26	(7.492)	(3.664)	(4.308)	(1.968)
<b>Financeiras líquidas</b>	26	<b>9.878</b>	<b>4.311</b>	<b>5.715</b>	<b>2.193</b>
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>16.442</b>	<b>9.051</b>	<b>(4.454)</b>	<b>817</b>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	(1.671)	755	493	(192)
Imposto de renda e contribuição social correntes	13	(4.155)	(3.875)	968	169
<b>Lucro líquido (prejuízo) do período</b>		<b>10.616</b>	<b>5.931</b>	<b>(2.993)</b>	<b>794</b>
<b>Lucro líquido (prejuízo) por ação</b>	22	<b>13,97</b>	<b>7,80</b>	<b>(4,17)</b>	<b>1,11</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

## CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.

### Demonstrações dos resultados abrangentes

Períodos de três e seis meses findos em 30 de setembro de 2016 e 2015

*(Em milhares de Reais)*

	01/04/2016 a 30/09/2016 (6 meses)	01/07/2016 a 30/09/2016 (3 meses)	01/04/2015 a 30/09/2015 (6 meses)	01/07/2015 a 30/09/2015 (3 meses)
Lucro líquido (prejuízo) do período	10.616	5.931	(2.993)	794
<b>Resultado abrangente total</b>	<b>10.616</b>	<b>5.931</b>	<b>(2.993)</b>	<b>794</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

## CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Períodos de seis meses findos em 30 de setembro de 2016 e 2015

*(Em milhares de Reais)*

	<b>Capital social</b>	<b>Prejuízos acumulados</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos em 31 de março de 2015</b>	361.398	(29.078)	332.320
Integralização de capital	59	-	59
Prejuízo do período	-	(2.993)	(2.993)
<b>Saldos em 30 de setembro de 2015</b>	<b>361.457</b>	<b>(32.071)</b>	<b>329.386</b>
<b>Saldos em 31 de março de 2016</b>	456.897	(27.571)	429.326
Lucro líquido do período	-	10.616	10.616
<b>Saldos em 30 de setembro de 2016</b>	<b>456.897</b>	<b>(16.955)</b>	<b>439.942</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.



# CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A

## Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Períodos de seis meses findos em 30 de setembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	01/04/2016 a 30/09/2016	01/04/2015 a 30/09/2015
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Lucro líquido (prejuízo) do período</b>	10.616	(2.993)
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	4.347	2.890
Receita com aplicações financeiras	8.397	-
Provisão para devedores duvidosos	2.263	2.423
Outras provisões	11	-
Provisão para contingências	500	-
Provisões de juros	4.600	2.406
Valor residual do ativo imobilizado baixado	12.411	182
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.671	(493)
<b>Variações nos ativos e passivos</b>		
(Aumento) em contas a receber	(26.840)	(8.951)
Redução em estoques	15	24
(Aumento) aumento em impostos a recuperar e ativo fiscal corrente	168	(3.438)
(Aumento) em outras contas a receber	(3.563)	(3.579)
(Redução) em fornecedores	(2.661)	(1.905)
(Redução) aumento em impostos e contribuições a recolher e passivo fiscal corrente	1.558	(148)
(Redução) aumento em salários, férias e encargos a pagar	(919)	56
(Redução) em receitas a auferir	-	(1.429)
(Redução) aumento em outras contas a pagar	(479)	78
<b>Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais</b>	<u>12.095</u>	<u>(14.877)</u>
Juros pagos	<u>(4.447)</u>	<u>(2.301)</u>
<b>Fluxo de caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais</b>	<u>7.648</u>	<u>(17.178)</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Instrumentos financeiros (aplicações financeiras)	18.858	-
Aquisições de imobilizado	(7.512)	(9.113)
Ativo biológico	(663)	-
Intangível	(22.935)	(16.665)
<b>Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos</b>	<u>(12.252)</u>	<u>(25.778)</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Integralização de capital	77.524	59
Empréstimos tomados	-	28.978
Empréstimos pagos	(12.926)	(137)
<b>Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos</b>	<u>64.598</u>	<u>28.900</u>
<b>Aumento líquido (redução) em caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>59.994</u>	<u>(14.056)</u>
Caixa e equivalentes de caixa do início do período	116.628	141.891
Caixa e equivalentes de caixa do fim do período	<u>176.622</u>	<u>127.835</u>
<b>Aumento líquido (redução) em caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>59.994</u>	<u>(14.056)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

# CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.

## Demonstrações do valor adicionado

Períodos de seis meses findos em 30 de setembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	01/04/2016 a 30/09/2016	01/04/2015 a 30/09/2015
<b>Receitas</b>	<b>70.110</b>	<b>41.623</b>
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	72.373	44.046
Provisão para devedores duvidosos	(2.263)	(2.423)
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(27.230)</b>	<b>(18.620)</b>
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(5.061)	(11.104)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(9.792)	(7.516)
Custo de venda de tecnologia	(12.377)	-
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>42.880</b>	<b>23.003</b>
<b>Depreciação e amortização</b>	<b>(4.347)</b>	<b>(2.890)</b>
<b>Valor adicionado líquido produzido pela Companhia</b>	<b>38.533</b>	<b>20.113</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>	<b>17.446</b>	<b>11.911</b>
Receitas financeiras	17.370	10.023
Outras	76	1.888
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>55.979</b>	<b>32.024</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>	<b>(55.979)</b>	<b>(32.024)</b>
<b>Pessoal</b>	<b>(25.369)</b>	<b>(28.075)</b>
Remuneração direta	(17.276)	(19.143)
Benefícios	(6.659)	(6.839)
F.G.T.S.	(1.434)	(2.093)
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>(12.502)</b>	<b>(2.634)</b>
Federais - PIS / COFINS	(6.644)	(4.058)
Federais - Imposto de renda e contribuição social	(5.826)	1.461
Municipais	(32)	(37)
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>	<b>(7.492)</b>	<b>(4.308)</b>
Juros e despesas bancárias	(7.243)	(4.099)
Outras	(249)	(209)
<b>Remuneração de capital próprio</b>	<b>(10.616)</b>	<b>2.993</b>
(Lucro líquido) / prejuízo no período	(10.616)	2.993

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

## Notas explicativas da Administração sobre as informações contábeis intermediárias

(Em milhares de Reais)

### 1 Contexto operacional

A Companhia tem por objetivo social a pesquisa, o desenvolvimento e a comercialização de tecnologias para o setor sucroenergético, com destaque para o desenvolvimento de novas variedades de cana de açúcar, através de melhoramento genético e biotecnologia, além de novas tecnologias disruptivas.

Até janeiro de 2011, a Companhia foi regida segundo a legislação brasileira, sob a forma de sociedade civil de direito privado sem fins lucrativos ou econômicos, beneficiando-se com a isenção de imposto de renda e contribuição social sobre o resultado apurado nas atividades associativas e sujeita ao recolhimento desses impostos e demais tributos e contribuições nas demais operações. As receitas eram provenientes, substancialmente, de contribuições associativas.

Por meio da Ata Geral de Transformação realizada em 12 de janeiro de 2011, a Companhia se transformou em Sociedade por Ações de capital fechado, vislumbrando lucro e remuneração de seus acionistas.

A transformação do CTC em uma Sociedade Anônima, em 2011, visou atrair mais recursos tecnológicos e financeiros às pesquisas do setor, para manter sua competitividade e continuar a assegurar ao Brasil a posição de liderança na indústria sucroalcooleira mundial. Dessa forma, uma das áreas de foco escolhidas foi o Melhoramento Genético, uma vez que o CTC detém o maior banco de germoplasma de cana-de-açúcar do mundo e papel destacado nos campos do melhoramento convencional e da biotecnologia aplicados à cana. A segunda área de enfoque, Novas Tecnologias, explora tecnologias disruptivas que possam trazer substanciais ganhos de produtividade ao setor, como as sementes artificiais e o etanol celulósico, cuja planta de demonstração iniciou operações no ano-safra 14/15.

A sustentabilidade econômica e o custeio das pesquisas vem através de *royalties* cobrados pelo uso das novas variedades, e pela comercialização de outros produtos e novas tecnologias, assim como aportes efetuados pelos seus acionistas e entidades financiadoras de projetos de pesquisa, sendo como subvenção ou empréstimos.

Em 24 de agosto de 2016, foram deferidos os pedidos da Companhia de registro de emissor na Categoria "A", pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, e de listagem e admissão a negociação das ações de emissão da Companhia no segmento denominado Bovespa Mais, pela Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros - BM&FBOVESPA.

## 2 Base de preparação

### a. Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Exceto pela adoção da nova norma de ativos biológicos (ver nota 2.3.1), estas informações trimestrais foram elaboradas seguindo a base de preparação e políticas contábeis consistentes com aquelas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de março de 2016 e devem ser lidas em conjunto com tais demonstrações. As informações de notas explicativas que não sofreram alterações significativas ou apresentavam divulgações irrelevantes em comparação a 31 de março de 2016 não foram repetidas integralmente nestas informações trimestrais. Entretanto, informações selecionadas foram incluídas para explicar os principais eventos e transações ocorridas para possibilitar o entendimento das mudanças na posição financeira e desempenho das operações da Companhia desde a publicação das demonstrações financeiras de 31 de março de 2016.

A Administração da Companhia confirma que todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração, sendo considerada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações trimestrais.

A emissão das informações contábeis intermediárias foi autorizada pela diretoria em 11 de novembro de 2016.

## 3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas informações contábeis intermediárias são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## 4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações contábeis intermediárias exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas continuamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

**a. Julgamentos**

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas informações contábeis intermediárias estão incluídos nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 10** - Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Contas a receber);
- **Nota 15** - Capitalização de gastos com desenvolvimento (Intangível);
- **Nota 27** - Instrumentos financeiros; e
- **Nota 30** - Arrendamentos mercantis operacionais.

**b. Incertezas sobre premissas e estimativas**

As informações sobre incertezas quanto a premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 6.b (iii)** - Vida útil do ativo imobilizado;
- **Nota 6.c (iii)** - Vida útil do intangível;
- **Nota 13** - Ativo fiscal diferido; e
- **Nota 20** - Provisão para contingências.

**c. Mensuração do valor justo**

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3, e reportes diretamente ao *Chief Financial Officer* "CFO".

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação é de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizado para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Questões significativas de avaliação são reportadas para o Comitê de Gerenciamento de Riscos da Companhia.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das informações contábeis intermediárias em que ocorreram as mudanças.

#### ***Contas a receber***

O valor justo de contas a receber e outros créditos é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação.

#### ***Ativo biológico***

O valor justo dos produtos agrícolas é baseado no preço de mercado dos volumes de *commodities* recuperável estimados, líquidos dos custos de venda.

#### ***Empréstimos e financiamentos***

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das informações contábeis intermediárias.

## **5 Base de mensuração**

As informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- os instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo; e
- os ativos biológicos mensurados pelo valor justo deduzidos das despesas com vendas.

## **6 Principais políticas contábeis**

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas informações contábeis intermediárias.

### **a. Instrumentos financeiros**

#### **(i) Ativos financeiros não derivativos**

A Companhia reconhece as contas a receber de clientes e outros recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia detém o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

*Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado*

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

*Caixa e equivalentes de caixa*

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

*Contas a receber outros recebíveis*

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

A provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente para fazer face a eventuais perdas na realização do contas a receber.

**(ii) Passivos financeiros não derivativos**

A Companhia reconhece passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e os passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

**(iii) Capital social**

As ações são todas ordinárias nominativas, sem valor nominal e são classificadas como patrimônio líquido.

**b. Imobilizado**

**(i) Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e na condição necessários para que sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde os ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

**(ii) Custos subsequentes**

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção rotineira do imobilizado são reconhecidos como despesas conforme incorridos.

**(iii) Depreciação**

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As taxas médias ponderadas anual de depreciação para os períodos corrente e comparativo são as seguintes:

	<b>Taxa média ponderada anual</b>
Máquinas e equipamentos	10%
Veículos	20%
Móveis e utensílios	10%
Equipamentos de informática	20%
Benfeitorias em imóveis de terceiros	6,7%
Máquinas e equipamentos importados	10%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.



**c. Intangível**

**(i) Projetos de pesquisa & desenvolvimento**

Atividades de desenvolvimento envolvem um plano ou projeto visando à produção de produtos novos ou substancialmente aprimorados. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem técnica e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os gastos capitalizados incluem o custo de materiais, mão de obra direta, custos de fabricação que são diretamente atribuíveis à preparação do ativo para seu uso proposto. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

**(ii) Software**

Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada.

**(iii) Amortização**

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A vida útil estimada para o período corrente é a seguinte:

<i>Software</i>	5 anos
<i>Projetos de pesquisa &amp; desenvolvimento</i>	12 anos

Métodos de amortização, vida úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

As receitas de *royalties* atuais são decorrentes de variedades de cana-de-açúcar que foram desenvolvidas antes da transformação em sociedade anônima que ocorreu em 2011. Até então, a Companhia era uma entidade sem fins lucrativos e não mantinha controles efetivos para reconhecimento do intangível, portanto todos os gastos eram alocados ao resultado do exercício.

A partir deste exercício iniciou-se a amortização dos projetos levando em conta o prazo máximo o tempo de vigência da patente, 15 anos.

**d. Ativo biológico**

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, deduzidos das despesas de venda. Alterações no valor justo menos despesas de venda são reconhecidas no resultado. Custos de venda incluem todos os custos que seriam necessários para vender os ativos. A cana-de-açúcar em pé é transferida ao estoque pelo seu valor justo, deduzido das despesas estimadas de venda apurados na data de corte. Não há divergências entre o valor contábil e o valor justo.

**e. Estoques**

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado na média ponderada móvel.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido das despesas de vendas.

**f. Redução ao valor recuperável**

**(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)**

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Para investimentos em títulos patrimoniais, evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável inclui um declínio significativo ou prolongado no seu valor justo abaixo do custo. O Grupo considera um declínio de 20% como significativo e o período de 9 meses como prolongado.

*Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado*

O Grupo considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, o Grupo utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando o Grupo considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida através do resultado.

**(ii) Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e a contribuição social diferidos, estoques e intangível, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

**g. Benefícios a empregados**

***Benefícios de curto prazo a empregados***

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

**h. Provisões**

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflète as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

**i. Receita operacional**

**(i) Receitas de royalties**

Receitas decorrentes do uso por terceiros de ativos da Companhia, que produzam juros, *royalties* e dividendos, devem ser reconhecidas quando for provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a entidade e o valor da receita puder ser mensurado de forma confiável. Os *royalties* devem ser reconhecidos segundo regime de competência de acordo com a substância do contrato.

As receitas de *royalties* reconhecidas pela Companhia referem-se a variedades de cana-de-açúcar desenvolvidas antes da transformação em sociedade anônima e são reconhecidas no resultado do exercício pelo método linear nos meses de abril a março, tendo como base a área de plantio multiplicada por valor definido em contrato firmado entre as partes. A emissão das notas fiscais de faturamento e os recebimentos ocorrem durante o período de safra de cana de açúcar nos meses de setembro a dezembro. Caso o faturamento seja maior que a parcela já reconhecida no resultado a diferença é reconhecida como “receitas diferidas” no passivo circulante.

**(ii) Venda de bens e serviços**

A receita operacional da venda de bens e serviços no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado, este é reconhecido de acordo com suas respectivas vendas.

**j. Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros e rendimentos sobre as aplicações financeiras. A receita financeira é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas bancárias com juros e descontos.

**k. Imposto de renda e contribuição social**

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto ativo e base negativa de contribuição social limitado a 30% do lucro tributável anual.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das informações contábeis intermediárias e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das informações contábeis intermediárias.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posição fiscal tomada e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha de ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto, baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

#### **l. Informação por segmento**

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais são revistos frequentemente pelo Presidente da Companhia (CEO) para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

A Companhia possui um único segmento operacional de negócio: Melhoramento genético conforme divulgado na Nota Explicativa nº 23.

#### **m. Lucro líquido por ação**

O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O lucro por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41/IAS 33.

#### **n. Demonstrações do valor adicionado**

A Companhia elaborou a demonstração do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações contábeis intermediárias conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas.

#### **o. Ativos arrendados**

Os contratos de arrendamento operacional são reconhecidos como despesa operacional na demonstração do resultado linearmente durante o prazo de arrendamento.

## 7 **Novas normas e interpretações ainda não adotadas**

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações efetivas para exercícios iniciados após 1º de abril de 2017, e não foram adotadas na preparação destas informações contábeis intermediárias. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

### **IFRS 9 *Financial Instruments* (Instrumentos Financeiros) (2010), IFRS 9 *Financial Instruments* (Instrumentos Financeiros) (2009)**

O IFRS 9 (2009) introduz um novo requerimento para classificação e mensuração de ativos financeiros. Sob IFRS 9 (2009) ativos financeiros são classificados e mensurados baseado no modelo de negócio no qual eles são mantidos e as características de seus fluxos de caixa contratuais. IFRS 9 (2010) introduz adições em relação aos passivos financeiros. O IASB atualmente tem um projeto ativo para realizar alterações limitadas aos requerimentos de classificação e mensuração do IFRS 9 e adicionar novos requerimentos para endereçar a perda por redução ao valor recuperação de ativos financeiros e contabilidade de *hedge*.

O IFRS 9 (2010 e 2009) é efetivo para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

### **IFRS 15 *Revenue from Contracts with Customers* (Receita de Contratos com Clientes)**

A IFRS 15 exige que uma entidade reconheça o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS, quando a nova norma for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida pela IFRS. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que o IFRS 15 vai ter nas informações contábeis intermediárias e nas suas divulgações. A Companhia ainda não escolheu o método de transição para a nova norma nem determinou os efeitos da nova norma nos relatórios financeiros atuais.

### **IFRS 16 - *Leases* (Arrendamentos)**

A IFRS 16 exige que uma entidade reconheça que todos os arrendamentos nos quais a Companhia é arrendatária deverão estar reconhecidos no balanço. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui a IAS 17 - Arrendamentos.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## 8 Caixa e equivalentes de caixa

	30/09/2016	31/03/2016
Caixa e bancos	12.711	1.102
Aplicações financeiras	<u>163.911</u>	<u>115.526</u>
	<u>176.622</u>	<u>116.628</u>

As aplicações financeiras são fundos compostos de títulos pós-fixados atrelados ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI), que aplicam seus recursos em títulos de renda fixa emitidos exclusivamente pelo Tesouro Nacional e pelo Banco Central do Brasil e em emissões de empresas e bancos classificadas como baixo risco pela área de crédito do gestor. As aplicações são remuneradas por taxas de 100,5% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

## 9 Instrumentos financeiros

	30/09/2016	31/03/2016
Aplicações financeiras	91.000	118.255
Ativo circulante	-	118.255
Ativo não circulante	91.000	-

As aplicações financeiras são fundos compostos de títulos pós-fixados atrelados ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI), que aplicam seus recursos em títulos de renda fixa emitidos exclusivamente pelo Tesouro Nacional e pelo Banco Central do Brasil e em emissões de empresas e bancos classificadas como baixo risco pela área de crédito do gestor. As aplicações são remuneradas por taxas de 100,5% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e não se aplicam aos critérios de caixa e equivalentes.

## 10 Contas a receber

	30/09/2016	31/03/2016
Clientes	16.761	11.696
Clientes - partes relacionadas (nota explicativa nº 28)	<u>58.150</u>	<u>36.375</u>
Total (nota explicativa nº 27)	<u>74.911</u>	<u>48.071</u>
(-) Provisão para devedores duvidosos - partes relacionadas (nota explicativa nº 28)	(7.902)	(7.560)
(-) Provisão para devedores duvidosos	<u>(8.696)</u>	<u>(6.775)</u>
Total (nota explicativa nº 27)	<u>(16.598)</u>	<u>(14.335)</u>
	<u>58.313</u>	<u>33.736</u>
Circulante	41.227	23.198
Não circulante	17.086	10.538

Representado substancialmente por saldos a receber referentes ao licenciamento de variedades, cujo pagamento foi dividido em 4 parcelas trimestrais. A exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda e a análise de sensibilidade para os ativos e passivos estão apresentadas na Nota Explicativa nº 27.

Em setembro de 2016 foi finalizada a venda do Projeto Palha para Usina Ferrari, conforme contrato de compra e venda entre as partes. O valor devido será pago em 55 parcelas. A Companhia utilizou para cálculo de ajuste a valor presente, a melhor taxa que reflete a transação. A baixa dos custos de equipamentos adquiridos relativos ao projeto está demonstrada na rubrica de “Ativo imobilizado” vide Nota Explicativa nº 14 e em contrapartida na rubrica de “Custo de pesquisa & desenvolvimento e serviços prestados”. A Companhia não ativa gastos com este projeto no ativo intangível.

A Companhia classifica no longo prazo renegociações de clientes, os títulos superiores a doze meses do Projeto Palha e saldos a receber com clientes em recuperação judicial.

As contas a receber de clientes são classificadas como recebíveis demonstrados ao custo amortizado.

## 11 Impostos a recuperar

	<b>30/09/2016</b>	<b>31/03/2016</b>
IRRF sobre aplicação	4.703	2.961
Outros impostos a recuperar	50	306
ICMS sobre importações a recuperar	2.560	2.560
PIS/COFINS sobre importações	<u>2.424</u>	<u>2.424</u>
	<u>9.737</u>	<u>8.251</u>
Ativo circulante	50	306
Ativo não circulante	9.687	7.945

## 12 Outras contas a receber

	<b>30/09/2016</b>	<b>31/03/2016</b>
Despesas antecipadas	6.990	5.357
Aumento de capital - partes relacionadas (nota explicativa nº 28)	-	77.524
Outras contas a receber	<u>2.273</u>	<u>343</u>
	<u>9.263</u>	<u>83.224</u>
Ativo circulante	2.177	77.801
Ativo não circulante	7.086	5.423

As despesas antecipadas são caracterizadas pela entrega de mudas para multiplicação de variedades em clientes para aumento do *market share* da Companhia. Estas mudas são monitoradas para que a taxa de multiplicação seja efetiva conforme contrato assinado com o cliente.

## 13 Ativo fiscal diferido

Os créditos tributários de imposto de renda e de contribuição social apresentados no ativo não circulante foram apurados sobre prejuízos fiscais e base negativa, com realização quando da apuração de lucros futuros.



As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis, atentando para diversas premissas financeiras e de negócios consideradas quando de sua elaboração. Conseqüentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas projeções.

	<b>31/03/2016</b>	<b>Reconhecidos no resultado (6 meses)</b>	<b>30/09/2016</b>
Provisão para devedores duvidosos	4.874	770	5.644
Diferenças temporárias	3.444	(623)	2.821
Prejuízo fiscal e base negativa	<u>13.292</u>	<u>(1.818)</u>	<u>11.474</u>
<b>Imposto diferido líquido</b>	<u>21.610</u>	<u>(1.671)</u>	<u>19.939</u>

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas com a despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	<b>30/09/2016 (6 meses)</b>	<b>30/09/2015 (6 meses)</b>
Lucro / (prejuízo) contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>16.442</u>	<u>(4.454)</u>
Alíquota fiscal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social: Pela alíquota fiscal combinada	(5.590)	1.514
Adições e exclusões permanentes	<u>(236)</u>	<u>(53)</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado do período	<u>(5.826)</u>	<u>1.461</u>
Alíquota Efetiva	35%	33%
Imposto diferido	(1.671)	493
Imposto corrente	<u>(4.155)</u>	<u>968</u>
	<u>(5.826)</u>	<u>1.461</u>

## 14 Imobilizado

	Máquinas e equipamentos	Máq. e equip. Importados	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Veículos	Benefeitorias em imóveis de terceiros	Bens de terceiros - FINEP	Obras em andamento	Adiantamento a fornecedores	Total
<b>Custo:</b>										
<b>Saldo em 31 de março de 2015</b>	19.324	1.586	1.855	5.296	8.667	6.173	3.172	101.129	3.377	150.579
Adições	1.169	-	38	-	515	21	-	6.174	1.196	9.113
Baixas	-	-	-	-	(260)	-	-	-	-	(260)
Transferências	275	7	-	-	4	-	-	3.394	(3.680)	-
<b>Saldo em 30 de setembro de 2015</b>	<u>20.768</u>	<u>1.593</u>	<u>1.893</u>	<u>5.296</u>	<u>8.926</u>	<u>6.194</u>	<u>3.172</u>	<u>110.697</u>	<u>893</u>	<u>159.432</u>
<b>Depreciação:</b>										
<b>Saldo em 31 de março de 2015</b>	(4.901)	(155)	(943)	(2.736)	(3.600)	(4.526)	-	-	-	(16.861)
Baixa de depreciação	-	-	-	-	78	-	-	-	-	78
Depreciação no período	(1.004)	(79)	(94)	(434)	(829)	(67)	-	-	-	(2.507)
<b>Saldo em 30 de setembro de 2015</b>	<u>(5.905)</u>	<u>(234)</u>	<u>(1.037)</u>	<u>(3.170)</u>	<u>(4.351)</u>	<u>(4.593)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(19.290)</u>
<b>Valor contábil líquido</b>										
Em 31 de março de 2015	14.423	1.431	912	2.560	5.067	1.647	3.172	101.129	3.377	133.718
Em 30 de setembro de 2015	14.863	1.359	856	2.126	4.575	1.601	3.172	110.697	893	140.142

  

	Máquinas e equipamentos	Máq. e equip. Importados	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Veículos	Benefeitorias em imóveis de terceiros	Bens de terceiros - FINEP	Obras em andamento	Adiantamento a fornecedores	Plantio de cana	Total
<b>Custo:</b>											
<b>Saldo em 31 de março de 2016</b>	23.783	1.597	3.024	5.228	9.940	16.849	2.002	98.215	-	-	160.638
Adições	968	134	35	35	755	-	-	2.306	1.992	1.287	7.512
Baixas	(61)	-	-	-	-	-	-	(12.377)	-	-	(12.438)
Transferências	41	1527	-	17	-	-	-	141	(1.726)	-	-
<b>Saldo em 30 de setembro de 2016</b>	<u>24.732</u>	<u>3.258</u>	<u>3.059</u>	<u>5.280</u>	<u>10.695</u>	<u>16.849</u>	<u>2.002</u>	<u>88.285</u>	<u>266</u>	<u>1.287</u>	<u>155.712</u>
<b>Depreciação:</b>											
<b>Saldo em 31 de março de 2016</b>	(6.893)	(314)	(1.176)	(3.407)	(4.683)	(5.339)	-	-	-	-	(21.812)
Depreciação no período	(1.220)	(114)	(150)	(356)	(889)	(608)	-	-	-	-	(3.337)
Baixa de depreciação	27	-	-	-	-	-	-	-	-	-	27
<b>Saldo em 30 de setembro de 2016</b>	<u>(8.086)</u>	<u>(428)</u>	<u>(1.326)</u>	<u>(3.763)</u>	<u>(5.572)</u>	<u>(5.947)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(25.122)</u>
<b>Valor contábil líquido</b>											
Em 31 de março de 2016	16.890	1.283	1.848	1.821	5.257	11.510	2.002	98.215	-	-	138.826
Em 30 de setembro de 2016	16.646	2.830	1.733	1517	5.123	10.902	2.002	88.285	266	1.287	130.590

### **Ativos penhorados**

Em 30 de setembro de 2016, a Companhia não possui bens que estão sujeitos à penhora para garantia.

### **Revisão da vida útil**

A Companhia revisou a vida útil econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado. O levantamento foi realizado com base em laudo técnico emitido por profissionais especializados.

A vida útil estimada dos bens registrados no ativo imobilizado atual está evidenciada na Nota Explicativa nº 6.b (iii).

### **Bens de terceiros - FINEP**

A Companhia possui com a FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos contratos relacionados ao desenvolvimento de projetos e pesquisas definidos em convênios firmados entre as partes.

Conforme contrato, os bens adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com recursos serão de propriedade da Companhia. Caso não haja aprovação da prestação de contas a Companhia possui o dever de restituir o FINEP pelos recursos transferidos, conforme mencionado na Nota Explicativa 18.

### **Obras em andamento**

O principal valor no montante aproximado de R\$ 79.929 refere-se a um contrato de convênio que a Companhia possui com a Usina São Manoel para parceria na montagem de uma planta de demonstração de tecnologia de Etanol de segunda geração - "E2G" integrada ao seu parque industrial atual. O contrato tem vigência de seis anos, a partir de janeiro de 2013, podendo ser prorrogado, e determina as condições de operação da planta de produção do E2G. O projeto encontra-se em fase de testes e tem previsão para funcionamento em dezembro de 2016. A Usina São Manoel possui preferência de compra ao final do projeto.

A baixa de R\$ 12.377 refere-se ao custo de construção do Projeto Palha. Detalhes da transação foram evidenciados na Nota Explicativa 10.

## **15 Intangível**

	<i>Software</i>	<b>Projetos de pesquisa &amp; desenvolvimento</b>	<b>Total</b>
<b>Custo:</b>			
<b>Saldo em 31 de março de 2015</b>	5.725	123.576	129.301
Adições	39	16.626	16.665
<b>Saldo em 30 de setembro de 2015</b>	5.764	140.202	145.966
<b>Amortização:</b>			
<b>Saldo em 31 de março de 2015</b>	(3.255)	-	(3.255)
Amortização do período	(383)	-	(383)
<b>Saldo em 30 de setembro de 2015</b>	(3.638)	-	(3.638)
<b>Valor contábil líquido</b>			
<b>Em 31 de março de 2015</b>	2.470	123.576	126.046
<b>Em 30 de setembro de 2015</b>	2.126	140.202	142.328

<b>Custo:</b>	<b>Software</b>	<b>Projeto de pesquisa &amp; desenvolvimento</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31 de março de 2016</b>	11.771	160.371	172.142
Adições	<u>276</u>	<u>22.659</u>	<u>22.935</u>
<b>Saldo em 30 de setembro de 2016</b>	<b><u>12.047</u></b>	<b><u>183.030</u></b>	<b><u>195.077</u></b>
<b>Amortização:</b>			
<b>Saldo em 31 de março de 2016</b>	(4.872)	-	(4.872)
Amortização do período	<u>(961)</u>	<u>(49)</u>	<u>(1.010)</u>
<b>Saldo em 30 de setembro de 2016</b>	<b><u>(5.833)</u></b>	<b><u>(49)</u></b>	<b><u>(5.882)</u></b>
<b>Valor contábil líquido</b>			
<b>Em 31 de março de 2016</b>	6.899	160.371	167.270
<b>Em 30 de setembro de 2016</b>	6.214	182.981	189.195

As adições do exercício referem-se a três projetos relacionados ao desenvolvimento de novas tecnologias para o setor sucroenergético.

	<b>31/03/2016</b>	<b>Adições</b>	<b>30/09/2016</b>
Projetos Melhoramento Convencional	71.150	8.560	79.710
Projetos Melhoramento Transgênico	46.594	9.669	56.263
Projeto Etanol Celulósico	<u>42.627</u>	<u>4.430</u>	<u>47.057</u>
	<u>160.371</u>	<u>22.659</u>	<u>183.030</u>

A política de capitalização da Companhia é feita com base no seguinte mecanismo:

Prova de conceito e pesquisa aplicada (FASE 1), a qual abrange a avaliação quanto à atratividade, mérito técnico e alinhamento, o potencial de aplicação no mundo real, a definição de protocolos e protótipo e laboratório.

Desenvolvimento precoce (FASE 2), a qual abrange o refinamento de processos e protocolos, os *start-ups* de investigação em campo e potencialmente plantas Piloto.

Desenvolvimento avançado (FASE 3), a qual abrange testes de campo, a análise regulatória e potencialmente plantas demonstração.

Pré lançamento (FASE 4), a qual abrange as aprovações regulatórias, *Seed bulk-up*, o detalhamento do plano de negócios e plantas em escala semicomercial ou comercial.

A Fase 3 é a que está na rubrica de intangível, pois, como é de desenvolvimento avançado já existe uma expectativa de realização e efetivação de receitas. Esta metodologia foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia.

### **Projeto melhoramento convencional**

Com mais de cinco mil variedades, o banco de germoplasma de cana-de-açúcar do CTC, localizado em Camamu, na Bahia, é o maior e mais completo do mundo. Além disso, a regionalização de seu Programa de Melhoramento Genético, por meio de seus polos regionais estrategicamente distribuídos pelo País, permite à Companhia desenvolver variedades cada vez mais produtivas e que contemplam todas as condições de produção das diferentes regiões onde a planta é cultivada no Brasil.

A diversificação e a modernização do plantel varietal contribuem decisivamente para a sustentabilidade do agronegócio, não só pelos ganhos de produtividade, como também pela melhoria da qualidade, pela redução dos riscos fitossanitários e de perdas agrícolas. Isso porque esses novos materiais genéticos são desenvolvidos para atender aos modernos processos produtivos, como plantio e colheita mecanizados. Mais produção, eficiência e longevidade dos canaviais significam mais ganhos para o produtor.

Em seu plano de negócio para o ano safra 2016/2017, a Companhia pretende aumentar sua participação no mercado de variedades de cana de açúcar, expandindo o volume de áreas sob contratos de royalties firmados com os usuários desta tecnologia. Nesta safra, está previsto atingir uma receita líquida de aproximadamente R\$ 82 milhões, o que significa aumento de 9,2% em relação ao ano anterior.

O CTC detém os direitos de Propriedade Intelectual dessas variedades por 15 anos a contar da data de concessão de seus respectivos certificados de proteção, conforme estabelece a Lei de Proteção de Cultivares (Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997).

### **Projeto melhoramento genético com emprego de biotecnologia**

A Biotecnologia, ferramenta para o esperado salto de produtividade do canavial, é capaz de acelerar o processo de melhoria contínua de produtividade das variedades convencionais e, ainda, incorporar à cana características desejáveis (*traits*) que oferecem vantagens econômicas, ambientais e de manejo, tais como aqueles já usufruídos por produtores de soja, milho e algodão no Brasil há cerca de duas décadas.

O CTC iniciou seus trabalhos com emprego da Biotecnologia nos anos 90, quando transformou a primeira variedade de cana-de-açúcar no mundo. Em 2000, a Companhia liderou o projeto de sequenciamento genético da cana. Tais esforços foram a base do programa atual, que visa trazer ao mercado nacional variedades de cana geneticamente modificadas com características desejáveis e produtividade superior.

A partir de 2018 o CTC pretende lançar variedades de cana geneticamente modificada, tais como:

- **Cana resistente a insetos, com maior** produtividade e demandando menor uso de inseticidas, além da economia também de mão-de-obra, máquinas, combustível e água. No futuro, essa característica virá associada à **tolerância a herbicidas**, expandindo os ganhos ambientais, econômicos e a simplicidade de manejo da operação.
- As plantas geneticamente modificadas estão sujeitas a aprovação pela Comissão Técnica Nacional de Biotecnologia (CTNBio) no Brasil, e os produtos com ela produzidos sujeitos a processos de desregulamentação nos países para onde são exportados.

### Projeto etanol celulósico

A produção de etanol é hoje estratégica, uma vez que se trata de um combustível produzido a partir de fonte limpa e renovável, cujas condições ideais de produção encontram-se fartamente presentes no Brasil. O CTC está investindo no desenvolvimento de um processo de produção de etanol celulósico (também conhecido por etanol de 2ª geração ou E2G) a ser produzido a partir do processamento da biomassa da cana (bagaço e palha). Essa tecnologia deverá permitir aumentar em 50% o volume de etanol produzido a partir do mesmo volume de cana.

No CTC, os trabalhos para o desenvolvimento do etanol celulósico tiveram início em 2006, com esforços progredindo da fase laboratorial para plantas piloto e de escala semicomercial (demonstração). A expectativa é comercializá-lo dentro dos próximos 3 a 5 anos.

Um dos diferenciais do processo sendo desenvolvido pelo CTC reside no fato de permitir integração com os processos e equipamentos hoje existentes nas usinas, visando à otimização dos custos de instalação e operação.

### Sementes artificiais

O projeto tem como objetivo o desenvolvimento de sementes artificiais de cana de açúcar, o que possibilitaria uma mudança completa na maneira como se planta a cultura. Tal mudança geraria importantes ganhos através da possibilidade de rapidamente se modernizar o plantel de variedades do produtor, aumento da produtividade, substancial redução de custos, simplificação operacional, além de ganhos ambientais e sociais.

No projeto, o CTC utiliza modernos processos biotecnológicos, através dos quais se conseguem gerar plantas idênticas à planta mãe, ou seja, a planta que forneceu o tecido para produção da semente), em larga escala e de maneira segura e econômica.

O projeto de desenvolvimento do sistema de plantio de cana por sementes é de longo prazo, encontra-se em fase de desenvolvimento intermediário e em um futuro afetará a conta de intangível.

## 16 Fornecedores

Referem-se, substancialmente, fornecedores de máquinas e equipamentos, materiais e prestadores de serviços de assessoria técnica, assessoria de engenharia e consultoria.

	30/09/2016	31/03/2016
Fornecedores nacionais	3.589	5.892
Fornecedores nacionais - partes relacionadas (nota explicativa nº 28)	491	1.760
Fornecedores estrangeiros	3.125	2.203
	<u>7.205</u>	<u>9.855</u>

## 17 Salários, férias e encargos a pagar

	30/09/2016	31/03/2016
Provisão de férias e encargos	5.517	4.412
Provisão de 13º salário e encargos	2.852	953
Participação no programa de gestão por metas	5.565	9.389
INSS a recolher	1.007	988
IRRF sobre salários	462	539
FGTS a recolher	240	231
Outros	6	56
	<u>15.649</u>	<u>16.568</u>

## 18 Receitas a auferir e diferidas

Receitas a auferir corresponde aos valores recebidos da FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos para o desenvolvimento de projetos e pesquisas definidos em convênios firmados entre as partes. Com base na evolução da execução dos projetos utilização de ativos e respectivas prestações de contas, os valores serão alocados ao resultado como receita.

Em função da transformação de sociedade mencionado na Nota Explicativa nº 1, o convenio firmado com FINEP foi finalizado. Os saldos referentes aos projetos do FINEP no montante de R\$ 2.930 estão aguardando aprovação das respectivas prestações de contas para conclusão e destinação dos saldos dos projetos.

## 19 Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Moeda	Encargos Anuais	Vencimento		Garantias	Saldo devedor	
			de	até		30/09/2016	31/03/2016
Finame	R\$	2,5%	2013	2019	Alienação fiduciária de Ativo Imobilizado	760	914
FINEP	R\$	4%	2013	2022	Fiança bancária (1,9%)	162.473	175.163
BNDES	R\$	3,5%	2013	2024	Fiança bancária (1,9%)	42.658	42.663
BNDES	R\$	TJLP	2013	2024	Fiança bancária (1,9%)	10.840	10.764
						<u>216.731</u>	<u>229.504</u>
Passivo circulante						46.475	33.391
Passivo não circulante						170.256	196.113

Os montantes do passivo têm a seguinte composição por ano safra de vencimento:

**Ano safra de vencimento**

Até 12 meses	46.475
Entre 13 e 24 meses	31.691
Entre 25 e 36 meses	31.634
Entre 37 e 48 meses	31.521
Entre 49 e 60 meses	31.512
Acima de 60 meses	43.898
	<hr/>
	216.731
	<hr/> <hr/>

**Cláusulas restritivas (“covenants”)**

A Companhia não sujeita em seus contratos de empréstimos e financiamentos ao cumprimento de índices financeiros.

## 20 Provisão para contingências

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista, cível e ambiental. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Em 30 de setembro de 2016, foi provisionado o montante de R\$ 500 (R\$ zero em 31 de março de 2016), o qual, na opinião da Administração e de assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos trabalhistas em andamento. A contrapartida do ajuste da contingência foi efetuado na conta de despesas administrativas e com vendas.

Adicionalmente, a Companhia está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista, cível e ambiental em diversas fases do rito processual, cuja expectativa de saída de recursos de risco possível no montante de R\$ 35.355 (R\$ 33.598 em 31 de março de 2016) e processos trabalhistas que são processos classificados pelos assessores jurídicos como risco possível no montante de R\$ 238 (R\$ 219 em 31 de março de 2016) para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas não requerem sua contabilização.

## 21 Patrimônio líquido

### Capital Social

O capital social da Companhia é de R\$ 456.896.910 (quatrocentos e cinquenta e seis milhões, oitocentos e noventa e seis mil, novecentos e dez reais), igual em 31 de março de 2016, representado por 760.001 ações, sendo todas ordinárias nominativas, sem valor nominal.



O capital social da Companhia está assim distribuído:

**Composição acionária**

	<b>Quantidade de ações</b>	<b>%</b>
Raízen Energia S.A.	151.453	19,93%
Copersucar S.A.	134.331	17,68%
BNDES Participações S.A. - BNESEPAR	114.191	15,03%
Demais acionistas	360.026	47,37%
	760.001	100,00%

**Dividendos**

Os acionistas têm direito a um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações.

**22 Lucro líquido (prejuízo) por ação**

A tabela abaixo reconcilia o lucro líquido (prejuízo) do período com os valores usados para calcular o lucro líquido por ação básico e diluído:

	<b>30/09/2016 (6 meses)</b>	<b>30/09/2015 (6 meses)</b>
Lucro líquido (prejuízo) do período atribuível aos acionistas da Companhia (a)	10.616	(2.993)
Média ponderada de ações em circulação (b)	760.001	718.132
Lucro líquido (prejuízo) por ação ordinária em (a) / (b)	13,97	(4,17)

**23 Segmentos operacionais**

A Administração da Companhia baseia seus relatórios internos gerenciais para tomada de decisões nas próprias informações contábeis intermediárias, na mesma base em que estas declarações são divulgadas, ou seja, apenas um segmento considerado internamente como “Royalties”.

A informação segmentada por venda de cana de açúcar e serviços de laboratórios também não são relevantes.

A Administração utiliza as informações contábeis intermediárias e não usa nenhum indicador que não os apresentados nas informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2016, nenhum relatório específico será demonstrado, como definido pelo pronunciamento técnico CPC 22/IFRS 8 - Informações por segmento.

Quanto às informações sobre os principais clientes, em função da própria atividade, a Companhia não possui, individualmente, clientes que representam mais de 10% da receita total consolidada.

## 24 Receita operacional

	<b>01/04/2016 a 30/09/2016</b>	<b>01/07/2016 a 30/09/2016</b>	<b>01/04/2015 a 30/09/2015</b>	<b>01/07/2015 a 30/09/2015</b>
Receitas de <i>royalties</i>	11.318	6.341	7.017	2.386
Receitas de <i>royalties</i> - partes relacionadas (nota explicativa nº 28)	43.724	23.091	34.215	20.016
Receitas de serviços	475	96	630	55
Receitas de serviços - partes relacionadas (nota explicativa nº 28)	408	134	1.223	763
Receita com transferência tecnologia - partes relacionadas (notas explicativas nº 10 e 28)	14.006	14.006	-	-
Outros - partes relacionadas (nota explicativa nº 28)	2.442	950	960	610
Impostos	<u>(6.676)</u>	<u>(4.230)</u>	<u>(4.094)</u>	<u>(2.178)</u>
	<u>65.697</u>	<u>40.388</u>	<u>39.951</u>	<u>21.652</u>

## 25 Despesas operacionais por natureza

	<b>01/04/2016 a 30/09/2016</b>	<b>01/07/2016 a 30/09/2016</b>	<b>01/04/2015 a 30/09/2015</b>	<b>01/07/2015 a 30/09/2015</b>
Despesas com pessoal	(25.369)	(12.134)	(28.075)	(12.907)
Custo dos itens relativos a receita com transferência de tecnologia (notas explicativas nº 10 e 28)	(12.377)	(12.377)	-	-
Serviços contratados	(7.216)	(3.034)	(10.448)	(3.862)
Despesas com materiais	(1.370)	(774)	(2.034)	(1.129)
Depreciação e amortização	(4.347)	(2.199)	(2.890)	(1.424)
Despesas gerais	<u>(6.267)</u>	<u>(2.872)</u>	<u>(6.138)</u>	<u>(2.708)</u>
	<u>56.946</u>	<u>33.390</u>	<u>(49.585)</u>	<u>(22.030)</u>
<b>Reconciliação com as despesas operacionais classificadas por função:</b>				
Custo de pesquisa & desenvolvimento, produtos vendidos e serviços prestados	34.419	22.005	34.531	14.803
Despesas administrativas e com vendas	<u>22.527</u>	<u>11.385</u>	<u>15.054</u>	<u>7.227</u>
	<u>56.946</u>	<u>33.390</u>	<u>49.585</u>	<u>22.030</u>

## 26 Financeiras líquidas

	<b>01/04/2016 a 30/09/2016</b>	<b>01/07/2016 a 30/09/2016</b>	<b>01/04/2015 a 30/09/2015</b>	<b>01/07/2015 a 30/09/2015</b>
Receita com aplicações financeiras	18.059	8.762	8.996	4.102
Varição cambial (liquida)	(793)	(846)	46	(12)
Correção monetária	-	-	72	12
Correção monetária - partes relacionadas (nota explicativas nº 28)	-	-	310	30
Juros recebidos	88	45	75	4
Juros recebidos - partes relacionadas (nota explicativa nº 28)	-	-	496	13
Outros	16	14	28	12
<b>Receitas financeiras</b>	<b>17.370</b>	<b>7.975</b>	<b>10.023</b>	<b>4.161</b>
Despesas bancárias	(2.725)	(1.368)	(1.693)	(712)
Juros sobre empréstimos	(4.517)	(2.229)	(2.406)	(1.207)
Outras despesas	(250)	(67)	(209)	(49)
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(7.492)</b>	<b>(3.664)</b>	<b>(4.308)</b>	<b>(1.968)</b>
<b>Financeiras líquidas</b>	<b>9.878</b>	<b>4.311</b>	<b>5.715</b>	<b>2.193</b>

## 27 Instrumentos financeiros

### a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

*CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.*  
*Informações contábeis intermediárias*  
*em 30 de setembro de 2016*

30 de setembro de 2016

	Valor contábil				Valor justo			
	Designado ao valor justo	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
<b>Ativos financeiros mensurados ao valor justo</b>								
Caixa e equivalentes de caixa (aplicações financeiras)	163.911	-	-	163.911	-	163.911	-	163.911
Aplicações financeiras	91.000	-	-	91.000	-	91.000	-	91.000
<b>Ativos financeiros não mensurados ao valor justo</b>								
Caixa e equivalentes de caixa, exceto aplicações financeiras	-	12.711	-	12.711	12.711	-	-	12.711
Contas a receber	-	58.313	-	58.313	-	58.313	-	58.313
Outras contas a receber	-	9.263	-	9.263	-	9.263	-	9.263
<b>Passivos financeiros mensurados ao valor justo</b>								
Empréstimos e financiamentos	-	-	216.731	216.731	-	216.731	-	216.731
<b>Passivos financeiros não mensurados ao valor justo</b>								
Fornecedores	-	-	7.205	7.205	-	7.205	-	7.205
Outras contas a pagar	-	-	1.560	1.560	-	1.560	-	1.560

31 de março de 2016

	Valor contábil				Valor justo			
	Designado ao valor justo	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
<b>Ativos financeiros mensurados ao valor justo</b>								
Caixa e equivalentes de caixa (aplicações financeiras)	115.526	-	-	115.526	-	115.526	-	115.526
Aplicações financeiras	118.255	-	-	118.255	-	118.255	-	118.255
<b>Ativos financeiros não mensurados ao valor justo</b>								
Caixa e equivalentes de caixa	-	1.102	-	1.102	1.102	-	-	1.102
Contas a receber	-	33.736	-	33.736	-	33.736	-	33.736
Outras contas a receber	-	83.224	-	83.224	-	83.224	-	83.224
<b>Passivos financeiros mensurados ao valor justo</b>								
Empréstimos e financiamentos	-	-	229.504	229.504	-	229.504	-	229.504
<b>Passivos financeiros não mensurados ao valor justo</b>								
Fornecedores	-	-	9.855	9.855	-	9.855	-	9.855
Outras contas a pagar	-	-	2.039	2.039	-	2.039	-	2.039

### ***Valor justo versus valor contábil***

Os valores contábeis, referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

#### **b. Gerenciamento dos riscos financeiros**

A Companhia apresenta exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

#### **c. Estrutura do gerenciamento de risco**

A Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. A Administração é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco. Os gestores de cada departamento se reportam regularmente a Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

#### **d. Risco de crédito**

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente do contas a receber de clientes e outros recebíveis e caixa e equivalentes de caixa.

### ***Exposição a riscos de crédito***

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

***Riscos de crédito***

A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e a aplicações financeiras, efetuando seus investimentos em instituições financeiras de grande porte. Com relação às contas a receber, a Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito por meio de vendas para uma base ampla de clientes e realização contínua de análises de crédito. Em 30 de setembro de 2016, não havia nenhuma concentração de risco de crédito relevante associado a clientes.

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito consistem, principalmente, em saldo em bancos, aplicações financeiras e créditos perante clientes. O saldo de contas a receber está distribuído em diversos clientes.

<b>Ativos</b>	<b>Nota</b>	<b>30/09/2016</b>	<b>31/03/2016</b>
Caixa e equivalentes de caixa, exceto aplicações financeiras	8	12.711	1.102
Caixa e equivalentes de caixa (aplicações financeiras)	8	163.911	115.526
Instrumentos financeiros	9	91.000	118.255
Contas a receber	10	58.313	33.736
Outras contas a receber	12	9.263	83.224
		<u>335.198</u>	<u>351.843</u>

***Contas a receber de clientes e outros recebíveis***

A despesa com a constituição dessa provisão foi registrada na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais na demonstração do resultado. Quando esgotados os esforços para recuperação das contas a receber de clientes, os valores creditados nessa provisão são, em geral, revertidos contra a baixa definitiva do título.

A Companhia acredita que nenhuma provisão será necessária com relação a contas a receber não vencido.

A composição por vencimento dos empréstimos e recebíveis na data das informações contábeis intermediárias para os quais não foram reconhecidas perdas por redução no valor recuperável era a seguinte:

	<b>30/09/2016</b>	<b>31/03/2016</b>
A vencer	44.474	27.720
Vencido de 1 a 30 dias	7.171	1.644
Vencido de 31 a 60 dias	1.930	2.355
Vencido de 61 a 90 dias	595	296
Vencido de 91 a 180 dias	3.160	5.275
Vencido de 181 a 360 dias	7.508	2.954
Vencido acima de 360 dias	10.073	7.827
Total (note explicativa nº10)	<u>74.911</u>	<u>48.071</u>
(-) Provisão para devedores duvidosos - partes relacionadas (nota explicativa nº 28)	(7.902)	(7.560)
(-) Provisão para devedores duvidosos	<u>(8.696)</u>	<u>(6.775)</u>
Total (note explicativa nº10)	<u>(16.598)</u>	<u>(14.335)</u>
	<u>58.313</u>	<u>33.736</u>

O movimento na provisão para perdas por redução no valor recuperável em relação as contas a receber e outros recebíveis durante o período foi o seguinte:

	<b>30/09/2016</b>	<b>31/03/2016</b>
<b>Saldo inicial do período</b>	14.335	8.785
Provisão constituída - partes relacionadas	342	1.170
Provisão constituída - terceiros	1.921	4.380
<b>Saldo final do período</b>	16.598	14.335

O modelo de comercialização de variedades de cana de açúcar mediante cobrança de *royalties* é peculiar e afeta diretamente o Contas a Receber e a forma como a Companhia mitiga o risco de crédito.

Este modelo de cobrança de *royalties* foi implantado em 2012, com uma área plantada de variedades CTC já existente no Brasil superior a 400 mil *hectares* de cana de açúcar. Foram elaborados contratos de licenciamento para multiplicação de variedades com sigla CTC junto a seus clientes, que são responsáveis por todas as despesas associadas ao plantio, cultivo, colheita e processamento deste material genético.

A cana de açúcar é uma cultura semi perene, cujo ciclo produtivo é de aproximadamente seis anos, sendo a cobrança de *royalties* recorrente e anual por *hectare* plantado, durante este período. Caso este cliente se encontre em dificuldade de honrar seus compromissos financeiros junto à Companhia ao longo deste ciclo, sua inadimplência será monitorada para que ao término do ciclo da cana-de-açúcar não haja saldo devedor.

Especificamente em relação aos empréstimos e recebíveis, a Companhia, primeiramente, verifica se há evidências objetivas de perda do valor recuperável individualmente para os ativos financeiros que são individualmente significativos, ou coletivamente para os ativos que não são individualmente significativos.

Caso a Companhia determine a inexistência de evidências objetivas de perda do valor recuperável de um ativo financeiro avaliado individualmente - seja esta perda significativa ou não - a Companhia o classifica em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes, os quais são avaliados coletivamente. Os ativos avaliados individualmente quanto à perda do valor recuperável, ou para os quais a perda do valor recuperável é (ou continua a ser) reconhecida, não estão inclusos na avaliação coletiva da perda.

Em relação aos títulos provisionados com partes relacionadas a Companhia apurou uma estabilidade em relação ao faturamento, conforme tabela abaixo:

	<b>30/09/2016</b> <b>(6 meses)</b>	<b>30/09/2015</b> <b>(6 meses)</b>
Faturamento de <i>royalties</i> - total	55.042	41.232
Títulos provisionados	2.263	2.423
<b>Relação em %</b>	<b>4,1%</b>	<b>5,9%</b>
Faturamento de <i>royalties</i> - partes relacionadas	43.724	34.215
Títulos provisionados	342	66
<b>Relação em %</b>	<b>0,8%</b>	<b>0,2%</b>

Levando em consideração a crise econômica que tem afetado o setor sucroenergético nos últimos anos e o número de usinas em dificuldades financeiras e/ou em recuperação judicial, a Companhia adotou diversas medidas para mitigar o risco de crédito:

- Política de crédito e cobrança aprovada pelo Conselho de Administração;
- Acompanhamento e cobrança ativa pela equipe comercial (aproximadamente 30 Representantes Técnicos de Vendas);
- Comitê de crédito e cobrança direciona a equipe comercial quanto a expansão de área plantada somente em clientes com *rating* de crédito satisfatório, além de decidir sobre ingresso de ações judiciais e acordos extrajudiciais, através de escritório de advocacia terceirizado e especializado; e
- Inserção de informações acerca de pendências financeiras no SERASA.

Em suma, devido à atuação da Companhia na mitigação de risco de crédito, mais de 90% dos clientes vêm operando desde o ano de 2012, e nenhuma perda foi reconhecida para esses clientes. No monitoramento do risco de crédito, os clientes são agrupados de acordo com suas características de crédito, incluindo, sua área geográfica, indústria e existência de dificuldades financeiras no passado.

**e. Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A gestão desse risco se dá pela composição de um capital de giro de curto prazo que sustente as operações de vendas, como: estoque médio e prazo médio de recebíveis, recursos com taxas atrativas e de curto prazo, com giro médio de pagamento dessas operações de 60 dias. Esse capital normalmente é composto de adiantamentos de clientes, 60 dias para pagamento de alguns veículos novos e limite de crédito nos bancos parceiros.

***Exposição a riscos de liquidez***

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

*Cronograma de amortização da dívida*

30 de setembro de 2016	Fluxo		12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 96 Meses
	Valor Contábil	de caixa contratual						
Fornecedores	7.205	7.205	7.205	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	216.731	247.324	48.247	34.152	35.390	36.607	37.991	54.938

31 de março de 2016	Fluxo		12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 100 meses
	Valor Contábil	de caixa contratual						
Fornecedores	9.855	9.855	9.855	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	229.504	229.504	33.391	41.702	31.682	31.564	31.512	59.653



Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ser realizados antecipadamente.

**f. Risco de mercado**

Risco de mercado são as alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros que impactam nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Pelas transações e operações em aberto, o risco relevante é o risco da taxa de juros.

***Risco de taxa de juros***

Risco de taxa de juros é o risco de a Companhia vir a sofrer perdas econômicas devido às alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno. Essa exposição refere-se, principalmente, a mudanças nas taxas de juros de mercado que afetem os passivos da Companhia indexados pelo CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

***Perfil***

Na data das informações contábeis intermediárias, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros variáveis da Companhia era:

		<b>Valor contábil</b>	
		<b>30/09/2016</b>	<b>31/03/2016</b>
<b>Instrumentos de taxa pré-fixada</b>			
	Fornecedores	7.205	9.855
	Empréstimos e financiamentos	205.891	218.740
		<b>Valor contábil</b>	
	<b>Risco</b>	<b>30/09/2016</b>	<b>31/03/2016</b>
<b>Instrumentos de taxa variável</b>			
	Aplicação financeira (instrumentos financeiros e caixa e equivalentes de caixa)		
	CDI	254.911	233.781
	TJLP	10.840	10.764

***Análise de sensibilidade***

A Companhia possui R\$ 254.911 de aplicações financeiras a CDI e R\$ 10.840 de empréstimos e financiamentos indexados à taxa pós-fixada, substancialmente a TJLP. No quadro abaixo são considerados três cenários, considerando as variações percentuais do CDI e TJLP, sendo o cenário provável 10% superior à taxa média de juros efetivos em 2016. Os demais cenários consideram uma valorização do CDI e TJLP em 25% e 50% sobre essa taxa e representam o impacto das despesas financeiras em resultado do período e patrimônio líquido.

**Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Depreciação das taxas**

	Exposição 30/09/2016	Risco	Provável		Redução do Índice em 25%		Redução do Índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
<b>Instrumentos</b>								
<b>Ativo Financeiros</b>								
Aplicação financeira (instrumentos financeiros e caixa e equivalentes de caixa)	254.911	Redução CDI	14,25	(36.325)	10,7	(27.275)	7,1	(18.099)
<b>Passivos Financeiros</b>								
Empréstimos e financiamentos	10.840	Redução TJLP	7,5	<u>813</u>	5,6	<u>607</u>	3,8	<u>412</u>
<b>Impacto no resultado e no patrimônio líquido</b>				<u>(35.512)</u>		<u>(26.668)</u>		<u>(17.687)</u>

**Cenários**

	Exposição 31/03/2016	Risco	Provável		Redução do Índice em 25%		Redução do Índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
<b>Instrumentos</b>								
<b>Ativo Financeiros</b>								
Aplicação financeira (instrumentos financeiros e caixa e equivalentes de caixa)	233.781	Redução CDI	13,67	(31.958)	10,25	(23.963)	6,84	(15.991)
<b>Passivos Financeiros</b>								
Empréstimos e financiamentos	10.764	Redução TJLP	7,50	<u>807</u>	5,63	<u>606</u>	3,75	<u>404</u>
<b>Impacto no resultado e no patrimônio líquido</b>				<u>(31.151)</u>		<u>(23.357)</u>		<u>(15.587)</u>

**Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Apreciação das taxas**

	Exposição 30/09/2016	Risco	Provável		Aumento do Índice em 25%		Aumento do Índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
<b>Instrumentos</b>								
<b>Ativo Financeiros</b>								
Aplicação financeira (instrumentos financeiros e caixa e equivalentes de caixa)	254.911	Aumento CDI	14,25	36.325	17,81	45.400	21,37	54.474
<b>Passivos Financeiros</b>								
Empréstimos e financiamentos	10.840	Aumento TJLP	7,5	<u>(813)</u>	9,4	<u>(1.019)</u>	11,2	<u>(1.214)</u>
<b>Impacto no resultado e no patrimônio líquido</b>				<u>35.512</u>		<u>44.381</u>		<u>53.260</u>

Instrumentos	Exposição 31/03/2016	Risco	Cenários					
			Provável		Aumento do Índice em 25%		Aumento do Índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
<b>Ativo Financeiros</b>								
Aplicações financeiras (instrumentos financeiros e caixa e equivalente)	233.781	Aumento CDI	13,67	31.958	17,09	39.953	20,51	47.948
<b>Passivos Financeiros</b>								
Empréstimos e financiamentos	10.764	Aumento TJLP	7,50	(807)	9,38	(1.010)	11,25	(1.211)
<b>Impacto no resultado e no patrimônio líquido</b>				<u>31.151</u>		<u>38.943</u>		<u>46.737</u>

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

**g. Gestão de capital**

Os objetivos da Companhia ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, bem como otimizar a estrutura de capital com foco na manutenção de indicadores monitorados pela Gerência Financeira e Administração. Esses indicadores correspondem aos índices:

De liquidez corrente (ativo circulante pelo passivo circulante) Maior ou igual a 1

Os índices de liquidez e alavancagem estão demonstrados abaixo:

	30/09/2016	31/03/2016
Ativo circulante	216.108	339.836
Passivo circulante	76.603	66.009
<b>Índice de liquidez</b>	<b>2,82</b>	<b>5,15</b>

## 28 Partes relacionadas

**a. Remuneração do pessoal chave da Administração**

Para o período de três meses findo em 30 de setembro de 2016, a remuneração do pessoal chave da Administração totalizou aproximadamente R\$ 3.5867 (R\$4.700 em 31 de março de 2016).

**b. Outras transações com partes relacionadas**

Os principais saldos de ativos e passivos bem como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações com a Companhia e suas relacionadas, para os respectivos tipos de operações:

	30/09/2016	31/03/2016
<b>Ativo Circulante:</b>		
<b>Contas a Receber (a) - nota explicativa nº 10</b>		
Ferrari Agroindustrial S.A.	12.968	119
Grupo Virgolino de Oliveira	5.297	4.952
Usina Açucareira Ester S.A.	4.805	4.602
Grupo São Martinho	4.361	2.028
Tonon Bioenergia S.A.	3.397	3.158
Usina Alvorada Açúcar e Álcool Ltda.	2.318	1.942
Grupo Unialco	1.786	1.669
Usina Santa Fé S.A.	1.751	1.141
Usina Santa Rosa S.A.	1.522	1.316
Grupo Biosev	1.507	1.351
Grupo Raizen	1.262	106
Cocal Comercio e Industria Canaã Açúcar e Álcool S.A.	1.135	876
Pedra Agroindustrial	1.120	18
Grupo Alto Alegre	1.110	1
Grupo Bunge	1.034	1
Grupo Baldin	1.021	887
Jalles Machado S.A.	941	847
Denusa - Destilaria Nova União S.A.	921	1.097
Usina Açucareira Furlan S.A.	794	648
Clealco Açúcar e Álcool S.A.	694	167
Usina Ipiranga de Açúcar e Álcool S.A.	655	1
Goiasa Goiatuba Álcool Ltda.	601	269
Usina de Açúcar Santa Terezinha Ltda.	542	736
Usina Coruripe Açúcar e Álcool S.A.	542	1.266
Grupo Tereos	538	480
Grupo Adecoagro	537	481
Antonio Ruette Agroindustrial Ltda.	478	1.160
Usina São José da Estiva S.A Açúcar e Álcool	405	371
Usina Santa Helena de Açúcar e Álcool S.A.	395	395
Nova América Agrícola Ltda.	386	373
Grupo Infinity	368	368
Grupo BP	342	328
Noble do Brasil S.A.	283	254
Dacalda Açúcar e Álcool Ltda.	261	179
Usina Santo Antônio S.A	203	280
Usinas Itamarati S.A	185	185
J. Pilon Açúcar e Álcool	181	-
Usina Santa Adélia S.A.	172	163
Usina Batatais S.A. Açúcar e Álcool	158	144
Della Coletta Bioenergia S.A.	158	94
Usina Açucareira São Manoel S.A.	139	125
WD Agroindustrial Ltda.	111	185
Usina Maringá	103	92
Usina São Francisco S.A	93	160
Zilor	78	138
Brazcana Agroindustrial S.A.	73	410
USJ - Açúcar e Álcool S.A.	64	98
Lasa Linhares Agroindustrial S.A.	64	-
Usina Uberaba S.A.	52	89
Usina Melhoramentos	51	52
U.S.A. - Usina Santo Angelo Ltda.	46	42
Companhia Muller de Bebidas	41	164
Usina Santa Lucia S.A.	41	37
Agropeu - Agroindustrial de Pompeu S.A.	14	12
Santa Vitória Açúcar e Álcool Ltda.	12	10
Grupo ETH	11	285
Usina Trapiche S.A	11	-
Alcon - Cia de Álcool Conceição da Barra	6	-
Açucareira Zillo Lorenzetti S.A.	3	10
Copersucar S.A.	1	2
Usina Barra Grande de Lençóis S.A.	1	1
Energética Serranópolis Ltda.	1	-
Usina São Luiz S.A.	-	3
Álcoolvale S.A Álcool e Açúcar	-	1
Companhia Agrícola Usina Jacarezinho	-	6
	<b>58.150</b>	<b>36.375</b>

**CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.**  
*Informações contábeis intermediárias*  
em 30 de setembro de 2016

	30/09/2016	31/03/2016
<b>(-) Provisão para devedores duvidosos - contas a receber nota explicativa nº 10</b>	<b>(7.902)</b>	<b>(7.560)</b>
<b>Outras contas a receber (b) - nota explicativa nº 12</b>		
BNDES	-	76.648
Grupo Raízen	-	609
Grupo Tereos	-	144
Grupo Bunge	-	84
Cocal Comércio e Indústria Canaã Açúcar e Alcool S.A.	-	25
Usina Santa Adélia S.A.	-	14
	<hr/>	<hr/>
	<b>-</b>	<b>77.524</b>
<b>Passivo</b>		
<b>Fornecedores (c) - nota explicativa nº 16</b>		
Copersucar S.A.	491	1.504
Grupo São Martinho	-	85
Jalles Machado S.A.	-	3
Usina Açucareira São Manoel S.A.	-	168
	<hr/>	<hr/>
	<b>491</b>	<b>1.760</b>
<b>Passivo circulante:</b>		
<b>Outras contas a pagar (e)</b>		
Ferrari Agroindustrial S.A.	-	1.171
Grupo Unialco	99	99
Jalles Machado S.A.	463	-
	<hr/>	<hr/>
	<b>562</b>	<b>1.270</b>
<b>Resultado:</b>	<b>30/09/2016</b>	<b>30/09/2015</b>
<b>Receitas (d) - nota explicativa nº 24</b>	<b>(6 meses)</b>	<b>(6 meses)</b>
Açucareira Zillo Lorenzetti S.A.	9	22
Agrison Bioenergia Ltda. ME	-	-
Agropecuária Uberaba S.A.	-	-
Agropeu - Agroindustrial de Pompeu S.A.	35	37
Alcon - Cia de Alcool Conceição da Barra	6	12
Alcoolvale S.A Alcool e Açúcar	-	-
Antonio Ruette Agroindustrial Ltda.	483	425
Brazcana Agroindustrial S.A.	(337)	-
Clealco Açúcar e Alcool S.A.	694	534
Cocal Comercio e Industria Canaã Açúcar e Alcool S.A.	860	476
Companhia Agrícola Usina Jacarezinho	-	10
Companhia Muller de Bebidas	-	174
Copersucar S.A.	5	5
Dacalda Açúcar e Alcool Ltda.	159	127
Della Coletta Bioenergia S.A.	158	129
Denusa - Destilaria Nova União S.A.	100	72
Energética Serranópolis Ltda.	2	1
Ferrari Agroindustrial S.A.	14.338	281
Grupo São Martinho	6.352	4.697
Goiasa Goiatuba Alcool Ltda.	608	456
Grupo Adecoagro	1.125	877
Grupo Alto Alegre	1.119	820
Grupo Baldin	208	229
Grupo Biosev	3.423	2.113
Grupo BP	601	357
Grupo Bunge	2.029	1.294
Grupo ETH	926	629
Grupo Infinity	-	-
Grupo Raízen	4.133	3.492
Grupo São Martinho	-	-
Grupo Tereos	1.285	971
Grupo Unialco	321	298
Grupo Virgolino de Oliveira	889	721
J. Pilon Açúcar e Alcool	552	490
Jalles Machado S.A.	2.009	1.648
Lasa Linhares Agroindustrial S.A.	64	63
Noble do Brasil S.A.	719	506
Nova América Agrícola Ltda.	868	668
Pedra Agroindustrial	3.328	3.109
S.A. Usina Coruripe Açúcar e Alcool	1.664	1.252
Santa Vitória Açúcar e Alcool Ltda.	28	30
Tonon Bioenergia S.A.	679	581

**CTC - Centro de Tecnologia Canaveira S.A.**  
*Informações contábeis intermediárias*  
em 30 de setembro de 2016

	30/09/2016 (6 meses)	30/09/2015 (6 meses)
U.S.A. - Usina Santo Angelo Ltda.	106	77
Usina Açucareira Ester S.A.	811	717
Usina Açucareira Furlan S.A.	590	239
Usina Açucareira São Manoel S.A.	301	270
Usina Alvorada Açúcar e Álcool Ltda.	478	409
Usina Barra Grande de Lençóis S.A.	13	36
Usina Batatais S.A. Açúcar e Álcool	322	302
Usina de Açúcar Santa Terezinha Ltda.	1.933	1.216
Usina Ipiranga de Açúcar E Álcool S.A.	2.042	1.749
Usina Maringá	210	158
Usina Melhoramentos	178	90
Usina Petribu S.A.	-	3
Usina Santa Adélia S.A.	353	322
Usina Santa Fé S.A.	674	516
Usina Santa Lucia S.A.	85	109
Usina Santa Rosa S.A.	211	189
Usina Santo Antônio S.A.	647	570
Usina São Francisco S.A.	433	320
Usina São José da Estiva S.A Açúcar e Álcool	856	722
Usina São Luiz S.A.	11	37
Usina Trapiche S.A.	14	16
Usina Uberaba S.A.	238	172
USJ - Açúcar e Álcool S.A.	207	189
WD Agroindustrial Ltda.	114	99
Zilor	311	265
	<b>60.580</b>	<b>36.398</b>
Serviços (nota explicativa nº 24)	408	1.223
Royalties (nota explicativa nº 24)	43.724	34.215
Outros (nota explicativa nº 24)	2.442	960
Receita transferência tecnologia (nota explicativa nº 24)	14.006	-
	<b>60.580</b>	<b>36.398</b>
<b>Juros Financeiros Recebidos (e) - nota explicativa nº 26</b>		
Grupo Baldin	-	47
Grupo Biosev	-	21
S.A. Usina Coruripe Açúcar e Álcool	-	16
Usina Açucareira Ester S.A.	-	466
Grupo Tereos	-	14
Jalles Machado S.A.	-	21
Grupo São Martinho	-	70
Grupo Unialco	-	8
Outros	-	143
	-	806
Juros (nota explicativa nº 26)	-	496
Correção Monetária (nota explicativa nº 26)	-	310
	-	<b>806</b>

- (a) **Contas a Receber e Receita - Contratos de Royalties**  
Operações com licenciamento de variedades de cana de açúcar e de tecnologia. Os royalties são reconhecidos pelo regime de competência em conformidade com a essência do acordo.
- (b) **Outras contas a Receber de LP - Adiantamentos de Clientes**  
Valores relacionados ao aumento de capital social - referente a Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24 de fevereiro de 2016.
- (c) **Fornecedores de Serviços e Arrendamentos**  
A Companhia mantém contratos de arrendamento de polos de experimentação e muitas vezes os serviços prestados são efetuados pela própria usina arrendatária.
- (d) **Receitas**  
Valores relacionados a receitas de clientes.
- (e) **Juros Financeiros**  
Valores relacionados a juros por atraso de pagamentos de clientes.

## 29 Aspectos ambientais

A Companhia considera que suas instalações e suas atividades estão sujeitas a regulamentações ambientais. Para tanto, riscos associados aos assuntos ambientais já estão sendo reduzidos por procedimentos operacionais e controles e investimento em equipamentos de controle de poluição e sistemas. A Administração da Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e nos regulamentos em vigor.

## 30 Arrendamentos mercantis operacionais

### Arrendamentos como arrendatário

A Companhia arrenda fazendas, as quais estão as unidades de Piracicaba e Camamu. Na unidade de Piracicaba são realizados plantio, condução e colheita de experimentos visando o desenvolvimento de variedades de cana-de-açúcar convencionais e geneticamente modificadas, formação de viveiros para produção e distribuição de mudas de cana-de-açúcar, e na unidade de Camamu são realizados plantio dos genitores, a manutenção dos mesmos, a coleta de informações do florescimento para realização dos cruzamentos, a montagem dos cruzamentos, a condução dos cruzamentos em ambiente isolado, o beneficiamento das sementes e o corte das coleções de genitores. Esses arrendamentos foram renovados por quatorze anos com opção de renovação após este período. Os pagamentos de arrendamento são reajustados a cada ano, para refletir os valores de mercado.

O arrendamento das fazendas foi firmado há longa data como arrendamentos conjuntos, tanto do terreno como de suas edificações. O CTC determinou que o arrendamento das fazendas é operacional. O aluguel pago ao arrendador é ajustado de acordo com os preços de mercado, e o CTC não participa no valor residual dos bens arrendados. Consequentemente, foi determinado que basicamente todos os riscos e benefícios dos ativos são do arrendador. A arrendante - IMOCOP Empreendimentos e Participações S.A. e Interveniente - Cooperativa de Produtores de Cana de Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo. Objeto do arrendamento são as áreas e edificações de Fazendas no município de Piracicaba e Camamu.

Os arrendamentos operacionais não canceláveis serão pagos da seguinte forma:

	30/09/2016	31/03/2016
Até um ano	2.943	2.627
Acima de um ano - Até cinco anos	11.775	12.304
Mais de cinco anos	20.116	18.017
	<u>34.834</u>	<u>32.948</u>

A Companhia reconheceu os seguintes valores como despesa com operações de arrendamento mercantil operacional:

	<b>30/09/2016</b> <b>(6 meses)</b>	<b>30/09/2015</b> <b>(6 meses)</b>
Despesa com arrendamento mercantil operacional	2.594	1.929

\* \* \*

CTC - Centro de Tecnologia Canaveira S.A.  
CNPJ N° 06.981.381/0002-02

## **Conselho da Administração**

### **Conselheiros**

Luís Roberto Pogetti  
Pedro Isamu Mizutani  
Fábio Venturelli  
Jaime José Stupiello  
Jucelino Oliveira de Sousa  
Martus Tavares  
Luiz de Mendonça  
Otavio Laje de Siqueira Filho  
Pedro Wongtschowski  
Fernando de Castro Reinach  
Leonardo Pereira Rodrigues dos Santos

## **Diretoria Executiva**

Diretor-Superintendente:  
José Gustavo Teixeira Leite

Diretores:  
William Lee Burnquist  
Viler Corrêa Janeiro

Contador responsável:  
Evandro Rodrigues Ferreira  
CRC 1SP270523/O-7